

PELZ, William A. (2016). *História do Povo da Europa Moderna*. Lisboa: Objectiva, 446 pp., ISBN: 978-989-665-149-7.

O mais recente livro de William A. Pelz, *História do Povo da Europa Moderna*, enquadra-se numa narrativa historiográfica de algum modo iniciada com a obra *A People's History of the United States*, de Howard Zinn, e que em Portugal conta, por exemplo, com a publicação de *A História do Povo na Revolução Portuguesa*, de Raquel Varela. Em larga medida, esta 'nova' historiografia revela-se um autêntico demolidor de 'lugares comuns' das diversas (mas quase sempre unânimes) narrativas da História – presentes tanto em manuais escolares e universitários, como em inúmeros discursos de fundo político (e, não raras vezes, militar) das elites nacionais. Nesse sentido, o último livro do historiador norte-americano, recentemente falecido, coloca a “gente trabalhadora”, “a maioria dos seres humanos”, “os dissidentes, os rebeldes e os radicais” no curso da história da Europa e reconhece a sua influência “para fazer da Europa aquilo que ela [hoje] é” (pp. 13-15).

Longe de explicar a história a partir de decisões políticas unipessoais, o passado é apresentado como consequência de contextos políticos, económicos e sociais, de “conflitos entre grupos concorrentes” (p. 14) que, sim, influenciam as opções de reis, generais, presidentes ou secretários-gerais. Do fim do feudalismo na Europa Ocidental ao colapso da União Soviética e ao início do século XXI, Pelz lembra a “resistência feroz de inúmeros europeus comuns” aos diversos autoritarismos nacionalistas, fascistas ou estalinistas e a forma como a sua luta haveria de resultar em vitórias, pelo menos “parciais”, apesar da repressão (p. 15).

Entre os 'lugares comuns' desmistificados encontram-se, por exemplo, o assassinato do arquiduque do Império Austro-Húngaro – que não foi, para Pelz, de modo algum o detonador da I Guerra Mundial tendo em conta que o assassinato de dirigentes políticos era extremamente comum e não despoletava guerras (p. 191) –, a Guerra Civil Russa – que na verdade resultou numa verdadeira guerra mundial promovida contra a Rússia soviética (p. 225) –, o Tratado de Versalhes – que longe de promover a paz foi um dos fatores a provocar a “ascensão do nazismo” e o início da II Guerra Mundial (p. 231) –, a Frente Popular espanhola – que, muito além de combater as tropas de Franco, enchia as prisões de revolucionários espanhóis (p. 253) – e os estratégias dos EUA para cindir o Partido Comunista Francês e retirá-lo de algumas Câmaras Municipais (p. 312).

Entretanto, o autor nascido em Chicago que chegou a ser motorista de

profissão procura fundamentar posições teóricas ou historiográficas na mais recente bibliografia. Aliás, este é um livro suportado essencialmente por referências bibliográficas – mais do que propriamente fontes históricas *avant la lettre*. Contudo, como reconhece Pelz, “o autor não sabe uma só palavra de finlandês, português, latim medieval ou grego” (p. 17) o que dificultou uma análise mais pormenorizada e abrangente da história europeia.

Esta matriz científica é acompanhada por uma enorme honestidade intelectual e historiográfica. Apesar de se posicionar à esquerda e de se encontrar próximo da rede concetual marxista, Pelz, por um lado, refere (ou denuncia) inúmeras situações em que os ‘donos da classe operária’ “decidiram refrear” vagas grevistas (p. 255) ao longo do século XX e, por outro, não confunde o movimento real ‘comunista’ com as fraudes consumadas pelos “regimes estalinistas” (p. 294). Nesse campo, Pelz volta a diferir da historiografia dominante (e da ‘comunista’): em primeiro lugar, aponta causas materiais para a transformação do Partido Bolchevique e do Estado soviético num só edifício monolítico, autoritário e contrário aos interesses da maioria da população; e, em segundo lugar, relaciona essa mesma transformação com a “contra-revolução” de matriz burocrática operada no seio daquele partido-Estado que finalizaria com a chacina da “liderança bolchevique” (p. 246) e de milhões de cidadãos soviéticos.

Noutra latitude, a obra salienta (e desmascara) também as contradições de homens que as narrativas dominantes e quase normativas referem como pontas-de-lança da Liberdade, nomeadamente o filósofo John Locke, “membro fundador de uma companhia britânica de tráfico de escravos” (p. 19), e Winston Churchill, responsável político pela morte de fome de três milhões de indianos em Bengala durante a II Guerra Mundial (p. 285) e político que faria tudo ao seu alcance para “estrangular” a Revolução Russa “desde o berço” (p. 224).

O livro termina com o capítulo “A Europa [que] cai no século XXI”. “Eufórica” com a queda do Muro de Berlim e com o tão badalado “fim da História”, depressa se reconhece traída. Para além da “tragédia” associada às guerras nacionalistas a leste, Pelz dá conta que “82 por cento dos inquiridos na antiga Alemanha Oriental declaram que a vida era melhor antes da unificação” (p. 365). Mais ainda: apesar do “monte de mentiras” verbalizado pelos governos dos ‘socialismos realmente existentes’, os povos da Europa Central e de Leste reconhecem hoje que afinal era “verdade” o que se dizia sobre o “capitalismo”, o “desemprego”, a “exploração”, o “imperialismo”, o “neocolonialismo”, o “*apartheid*” e as “ditaduras militares” (p. 368). A par de tudo isto, Pelz lembra que os povos da Europa Ocidental vêem-se agora confrontados um ataque

massivo aos direitos laborais. A questão torna-se mais gravosa no que diz respeito aos imigrantes muitas vezes tratados como animais de carga sem qualquer tipo de proteção laboral e social.

Apesar de o autor de *Karl Marx – a World to Win* retratar de forma desoladora a Europa comunitária e pós-soviética, oferece um tónico otimista – que percorre, na verdade, todo o livro – ao afirmar que “no século XXI, as gentes comuns vivem com mais saúde e com um grau de autonomia pessoal que não existia em séculos passados” (p. 376). No entanto, como afirma, “nenhuma das vantagens de que tantos hoje beneficiam foi dádiva de uma classe dominante iluminada. Cada reforma, cada concessão daqueles que detêm a riqueza e o poder surgiram em consequência da iniciativa dos europeus comuns” (p. 377).

Em suma, o último livro do antigo diretor do Institute of Working Class History, não obstante se revelar como “uma leitura alternativa da história europeia” (p. 13), é também um fidedigno manual de história. Caberá às elites académicas admitirem, ou não, um diferente modo de ler o passado e, simultaneamente, de compreender o presente.

JOÃO MOREIRA

ICS – U. Lisboa

joamoreira.iscte@gmail.com